







6. Como a agremiação partidária não correspondera a seu sonho, descolara-se dela, na companhia de seu líder, em 1990.

Sem prejuízo para a correção e o sentido, a frase acima pode ser reescrita do seguinte modo: **Descolara-se da agremiação partidária, na companhia de seu líder, em 1990,**

- (A) **contanto que ela não correspondera a seu sonho.**
- (B) **conquanto ela não correspondera a seu sonho.**
- (C) **por conseguinte ela não correspondera a seu sonho.**
- (D) **se bem que ela não correspondera a seu sonho.**
- (E) **visto que ela não correspondera a seu sonho.**

7. Substituindo-se o segmento em destaque pelo colocado entre parênteses ao final da frase, o verbo que deverá manter-se no **singular** está em:

- (A) Houve um sonho monumental... (sonhos monumentais)
- (B) Bem disse Le Corbusier que Niemeyer... (os que mais conheciam a sua obra)
- (C) Assim pensava o maior arquiteto... (grandes arquitetos como Niemeyer)
- (D) O comunismo resolve o problema da vida... (As revoluções vitoriosas da esquerda)
- (E) Niemeyer vira a possibilidade... (Os arquitetos da geração de Niemeyer)

8. Sobre a pontuação empregada no texto, afirma-se corretamente:

- (A) Em *Bem disse Le Corbusier que Niemeyer tinha "as montanhas do Rio dentro dos olhos"* (último parágrafo), a justificativa para o emprego de aspas é o realce irônico que se quer dar à expressão que elas isolam.
- (B) Em *Mas o ser humano, este continua desprotegido...* (2º parágrafo), a vírgula poderia ser retirada sem prejuízo para o sentido e a lógica.
- (C) Em *Brasília, em que pese o sonho necessário, resultara em alguma decepção* (último parágrafo), as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões sem prejuízo para a clareza e a lógica.
- (D) Em *um observador diante da monumentalidade que ele próprio idealizara para Brasília...* (3º parágrafo), uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de *monumentalidade*, sem prejuízo para o sentido.
- (E) Em *No Planalto Central, construiu a identidade escultural do Brasil* (último parágrafo), a retirada da vírgula implicaria prejuízo para a clareza e a lógica.

9. E como dizer que a cidade, ao fim, deixara de corresponder à modernidade empenhada?

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está empregado em:

- (A) Houve um sonho monumental...
- (B) Nada superará a beleza...
- (C) Filho de fazendeiros, fora o único ateu e comunista da família...
- (D) No Planalto Central, construiu a identidade escultural do Brasil.
- (E) Brasília [...] resultara em alguma decepção.

10. A frase redigida com correção e clareza é:

- (A) A longevidade de Oscar Niemeyer permitiu, à todos os que eventualmente criticavam as suas obras, que as revalorizasse enquanto ele ainda vivia e não apenas depois da sua morte.
- (B) Talvez ninguém tenha feito mais pela divulgação do país no exterior do que Oscar Niemeyer, cujos projetos inconfundíveis, espalhados pelo mundo, nunca deixarão de aludir à paisagem brasileira.
- (C) Até mesmo o governo dos Estados Unidos, que pensamos estarem muitas vezes alheios as coisas que se passam no Brasil, lamentaram a morte de Oscar Niemeyer, cuja nota dizia que ele inspirará gerações.
- (D) Quando se começar à refletir no fato de que tão grande número de templos religiosos, tenham sido realmente construídos ou não, foram projetados por um arquiteto que abertamente se declarava ateu.
- (E) Grandes arquitetos do mundo todo manifestaram sua admiração pela genialidade de Oscar Niemeyer, onde muitos chegaram mesmo a declarar a inspiração de suas obras em seu trabalho.

#### Matemática e Raciocínio Lógico

11. Um professor dá aulas para três turmas do período da manhã, cada uma com  $x$  alunos, e duas turmas do período da tarde, cada uma com  $\frac{2x}{3}$  alunos. Até o momento, ele corrigiu apenas as provas finais de todos os alunos de uma turma da manhã e uma da tarde. Uma vez que todos os seus alunos fizeram a prova final, a quantidade de provas que ainda falta ser corrigida por esse professor representa, em relação ao total,

- (A)  $\frac{8}{13}$ .
- (B)  $\frac{10}{13}$ .
- (C)  $\frac{3}{5}$ .
- (D)  $\frac{5}{8}$ .
- (E)  $\frac{7}{8}$ .



12. Juliano possui R\$ 29.000,00 aplicados em um regime de juros compostos e deseja comprar um carro cujo preço à vista é R\$ 30.000,00. Se nos próximos meses essa aplicação render 1% ao mês e o preço do carro se mantiver, o número mínimo de meses necessário para que Juliano tenha em sua aplicação uma quantia suficiente para comprar o carro é

- (A) 7.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 3.

13. Um *site* da internet que auxilia os usuários a calcularem a quantidade de carne que deve ser comprada para um churrasco considera que quatro homens consomem a mesma quantidade de carne que cinco mulheres. Se esse *site* aconselha que, para 11 homens, devem ser comprados 4.400 gramas de carnes, a quantidade de carne, em gramas, que ele deve indicar para um churrasco realizado para apenas sete mulheres é igual a

- (A) 2.100.
- (B) 2.240.
- (C) 2.800.
- (D) 2.520.
- (E) 2.450.

14. Um quadrado ABCD foi dividido em várias regiões, em um processo feito em dez etapas. Na primeira, o vértice A foi ligado ao ponto médio do lado BC, o vértice B foi ligado ao ponto médio do lado CD, e assim sucessivamente, como mostra a Figura 1. Na segunda etapa, o quadrado central obtido na primeira foi dividido segundo a mesma lógica, como ilustra a Figura 2.

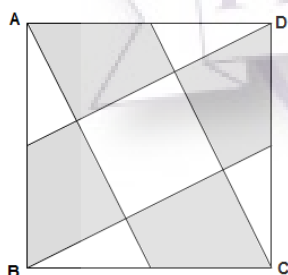


Figura 1

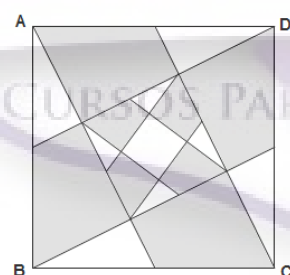


Figura 2

Se em cada nova etapa o quadrado central obtido na etapa anterior foi dividido segundo a mesma lógica descrita acima, ao final da décima etapa o quadrado ABCD estava dividido em um total de

- (A) 72 regiões.
- (B) 85 regiões.
- (C) 81 regiões.
- (D) 75 regiões.
- (E) 90 regiões.

15. Seis pessoas, dentre as quais está Elias, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja. Nesta fila, Carlos está à frente de Daniel, que se encontra imediatamente atrás de Bruno. Felipe não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ari será atendido antes do que Carlos e que Carlos não é o quarto da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- (A) certamente é Bruno.
- (B) certamente é Daniel.
- (C) certamente é Elias.
- (D) pode ser Bruno ou Daniel.
- (E) pode ser Bruno ou Elias.

### Informática

16. Após ministrar uma palestra sobre Segurança no Trabalho, Iracema comunicou aos funcionários presentes que disponibilizaria os *slides* referentes à palestra na intranet da empresa para que todos pudessem ter acesso. Quando acessou a intranet e tentou fazer o *upload* do arquivo de *slides* criado no *Microsoft PowerPoint 2010* (em português), recebeu a mensagem do sistema dizendo que o formato do arquivo era inválido e que deveria converter/salvar o arquivo para o formato PDF e tentar realizar o procedimento novamente. Para realizar a tarefa sugerida pelo sistema, Iracema

- (A) clicou no botão **Iniciar** do *Windows*, selecionou a opção **Todos os programas**, selecionou a opção **Microsoft Office 2010** e abriu o *software Microsoft Office Converter Professional 2010*. Em seguida, clicou na guia **Arquivo** e na opção **Converter**. Na caixa de diálogo que se abriu, selecionou o arquivo de *slides* e clicou no botão **Converter**.
- (B) abriu o arquivo utilizando o *Microsoft PowerPoint 2010*, clicou na guia **Ferramentas** e, em seguida, clicou na opção **Converter**. Na caixa de diálogo que se abriu, clicou na **caixa de combinação** que permite definir o tipo do arquivo e selecionou a opção PDF. Em seguida, clicou no botão **Converter**.
- (C) abriu a pasta onde o arquivo estava salvo, utilizando os recursos do *Microsoft Windows 7*, clicou com o botão direito do mouse sobre o nome do arquivo e selecionou a opção **Salvar como PDF**.
- (D) abriu o arquivo utilizando o *Microsoft PowerPoint 2010*, clicou na guia **Arquivo** e, em seguida, clicou na opção **Salvar Como**. Na caixa de diálogo que se abriu, clicou na **caixa de combinação** que permite definir o tipo do arquivo e selecionou a opção PDF. Em seguida, clicou no botão **Salvar**.
- (E) baixou da internet um *software* especializado em fazer a conversão de arquivos do tipo PPTX para PDF, pois verificou que o *PowerPoint 2010* não possui opção para fazer tal conversão.



17. A planilha abaixo foi criada utilizando-se o *Microsoft Excel 2010* (em português).

	A	B	C	D	E
1		Capital	Taxa de juros	Número de períodos (em meses)	Montante
2	Credor A	R\$ 1.000,00	8,00%	2	
3	Credor B	R\$ 7.350,00	2,75%	24	
4	Credor C	R\$ 2.440,00	0,95%	9	

A linha 2 mostra uma dívida de R\$ 1.000,00 (célula B2) com um Credor A (célula A2) que deve ser paga em 2 meses (célula D2) com uma taxa de juros de 8% ao mês (célula C2) pelo regime de juros simples. A fórmula correta que deve ser digitada na célula E2 para calcular o montante que será pago é

- (A)  $= (B2 + B2) * C2 * D2$   
 (B)  $= B2 + B2 * C2 / D2$   
 (C)  $= B2 * C2 * D2$   
 (D)  $= B2 * (1 + (C2 * D2))$   
 (E)  $= D2 * (1 + (B2 * C2))$

18. Maria estava interessada em comprar um computador e leu no jornal o seguinte anúncio:

*PC com processador Intel Core i7 3,8 GHz, 8 GB de RAM, 1 TB de HD, Cache L3 de 8 MB, monitor LCD de 18,5", placa de rede de 10/100 Mbps. Estão inclusos o mouse, o teclado e as caixas de som.*

*Por apenas R\$ 1.349,10.*

A definição de alguns dos termos presentes nessa configuração é apresentada a seguir:

- I. É uma memória volátil para gravação e leitura que permite o acesso direto a qualquer um dos endereços disponíveis de forma bastante rápida.  
 II. É um sistema de armazenamento de alta capacidade que, por não ser volátil, é destinado ao armazenamento de arquivos e programas.  
 III. É normalmente o componente mais complexo e frequentemente o mais caro do computador. Apesar de realizar, dentre outras operações, os cálculos e comparações que levam à tomada de decisão, necessita de diversos outros componentes do computador para realizar suas funções.

Os itens I, II e III definem, respectivamente,

- (A) RAM, HD e processador Intel Core i7.  
 (B) Cache L3, RAM e processador Intel Core i7.  
 (C) HD, RAM e Cache L3.  
 (D) HD, Cache L3 e RAM.  
 (E) RAM, placa de rede de 10/100 mbps e Core.

19. Todos os computadores que acessam a internet recebem um único endereço que é normalmente um número de 32 bits representados por quatro séries de números que vão de 0 a 255 e são separados por pontos. Quando um usuário envia uma mensagem a outro usuário da internet, a mensagem é decomposta em pacotes que contêm seu endereço de destino. Seria muito difícil lembrar endereços compostos por sequências de 12 números para se enviar uma mensagem, por isso, um determinado sistema converte esses endereços numéricos em nomes de domínio. Um nome de domínio é o nome alfanumérico que corresponde ao endereço de 32 bits exclusivo para cada computador conectado à internet. Para acessar um computador na internet, utiliza-se o nome de domínio, não sendo necessário digitar o endereço numérico do computador de destino.

O sistema que converte os endereços numéricos citados no texto para nomes de domínio é conhecido como

- (A) ISP.  
 (B) HTTP.  
 (C) E-DNA.  
 (D) IPC.  
 (E) DNS.

20. No dia a dia de trabalho é comum a utilização do e-mail como veículo de troca de informações entre os funcionários. Saber utilizar as ferramentas de correio eletrônico de maneira correta nas mais diversas situações e utilizando os recursos disponíveis é essencial para melhorar as comunicações pessoais e corporativas.

Sobre a troca de e-mail e uso das ferramentas de correio eletrônico, é correto afirmar:

- (A) As ferramentas de correio eletrônico permitem o envio de arquivos anexados, porém, esses arquivos não podem ter mais que 5 MB de tamanho.  
 (B) Quando uma mensagem de e-mail é enviada, ela normalmente fica armazenada em uma pasta de e-mails enviados e pode ser acessada posteriormente, exceto aquelas que contêm anexos pois, por serem grandes, são apagadas automaticamente.  
 (C) Quando se envia um e-mail para uma lista de destinatários com uma pessoa A em cópia oculta, se qualquer um dos destinatários da lista acionar a opção para responder a todos, a pessoa A também receberá a resposta.  
 (D) Uma mensagem recebida com um arquivo anexo contendo vírus é sempre desinfetada pelos mecanismos de proteção da ferramenta de correio eletrônico utilizada, dessa forma, abrir um arquivo anexo em uma mensagem representa uma ação segura.  
 (E) Ler uma mensagem de e-mail e, em seguida, acionar a opção "Encaminhar" normalmente indica o desejo de enviar a mensagem a outros destinatários que não estavam na lista de copiados da mensagem recebida.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Dentre os direitos assegurados na Constituição Federal que regem os processos judiciais está o direito
- (A) à produção de quaisquer provas, em qualquer tempo e procedimento, ainda que obtidas por meios ilícitos, em decorrência do princípio constitucional da ampla defesa.
  - (B) de deduzir pedido e apresentar defesa, por via oral, independentemente do tipo de procedimento aplicado ao caso.
  - (C) a juízo ou tribunal de exceção.
  - (D) à inafastabilidade do controle jurisdicional de lesão ou ameaça a direito.
  - (E) de a parte formular pedido e deduzir defesa independentemente de constituir advogado.
22. Suponha que uma empresa tenha requerido ao Poder Executivo a emissão de certidão em que constem os dados e a situação atual do processo administrativo de que é parte. Indeferido o pedido sob o argumento de que o processo seria sigiloso, a empresa pretende obter ordem judicial para que a certidão seja expedida. Deverá deduzir sua pretensão por meio de
- (A) ação popular.
  - (B) mandado de injunção.
  - (C) mandado de segurança.
  - (D) *habeas data*.
  - (E) *habeas corpus*.
23. Dentre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal aos trabalhadores está a
- (A) irredutibilidade do salário, que não poderá ser minorado sequer por acordo coletivo.
  - (B) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
  - (C) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
  - (D) remuneração do trabalhador portador de deficiência, no mínimo, superior a cinquenta por cento à do que não tenha deficiência.
  - (E) assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas.
24. Tendo em vista a disciplina da Constituição Federal a respeito do direito de greve, considere as seguintes assertivas:
- I. É vedado, em qualquer hipótese, o exercício do direito de greve pelo empregado público.
  - II. A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
  - III. O exercício válido e regular do direito de greve por toda e qualquer categoria profissional depende de prévia previsão em lei que o autorize.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) I e II.
  - (C) II e III.
  - (D) II.
  - (E) III.
25. Segundo a Constituição Federal, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro
- (A) nato que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
  - (B) nato que adquirir outra nacionalidade, ainda que em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
  - (C) nato que residir em outro país por mais de trinta anos sem interrupção e lá for condenado a cumprir pena de reclusão.
  - (D) naturalizado que adquirir outra nacionalidade, ainda que em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
  - (E) que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
26. De acordo com a Constituição Federal, um brasileiro naturalizado, analfabeto, com 21 anos de idade e residente no Brasil
- (A) não é obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, sendo, ainda, inelegível.
  - (B) é obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, embora não possa candidatar-se a deputado federal.
  - (C) é obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, embora seja inelegível.
  - (D) não é obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, podendo, no entanto, candidatar-se a deputado estadual.
  - (E) é obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto, podendo candidatar-se a vereador.
27. Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela Administração pública
- (A) direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, mas não dos Estados e dos Municípios, que poderão dispor sobre a matéria diferentemente.
  - (B) direta e indireta do Poder Executivo da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, não se aplicando, todavia, aos Poderes Legislativo e Judiciário.
  - (C) direta, mas não pela indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (D) direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (E) indireta, mas não pela direta, de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
28. Dentre as normas da Constituição Federal aplicáveis ao Poder Judiciário encontra-se aquela segundo a qual
- (A) cabe ao Poder Judiciário dispor sobre o período de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau.
  - (B) as decisões administrativas dos tribunais não necessitam ser motivadas.
  - (C) o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal.
  - (D) é vedado aos servidores do Poder Judiciário receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.
  - (E) a distribuição de processos será imediata apenas em primeiro grau de jurisdição.





29. Suponha que lei federal tenha criado diversos cargos em comissão, para o exercício de atribuições de chefe de unidade e de assessor, a serem preenchidos necessariamente por servidores de carreira. Essa lei é
- (A) inconstitucional, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal, cargos em comissão apenas podem ser preenchidos por servidores que não sejam de carreira.
- (B) constitucional, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal, os cargos em comissão deverão ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) constitucional, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal, os cargos em comissão somente podem ser preenchidos por servidores de carreira e devem destinar-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (D) constitucional, uma vez que a Constituição Federal estabelece os mesmos requisitos para o preenchimento dos cargos em comissão e para o exercício das funções de confiança.
- (E) inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal veda a criação de cargos em comissão, permitindo apenas as funções de confiança exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos.
30. Suponha que um indivíduo empossado como juiz no ano de 2010 tenha também assumido um cargo de magistério em instituição pública de ensino. Sem prévia comunicação ao Tribunal ao qual estava vinculado, filiou-se a partido político, vindo a perder o cargo em 2011 por decisão do respectivo Tribunal. No ano seguinte, passou a exercer advocacia junto ao mesmo juízo do qual se afastou. Considerando as normas da Constituição Federal, o indivíduo em questão
- (A) agiu ilicitamente ao exercer um cargo de magistério em instituição pública de ensino, conjuntamente com o cargo de juiz.
- (B) somente poderia dedicar-se a atividade político-partidária mediante prévia e expressa autorização do respectivo Tribunal.
- (C) somente poderia dedicar-se a atividade político-partidária após tornar-se vitalício.
- (D) agiu ilicitamente ao exercer advocacia junto ao mesmo juízo do qual se afastou, antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo.
- (E) não poderia ter perdido o cargo por decisão do Tribunal ao qual estava vinculado.
- Noções de Direito Administrativo**
31. A respeito das entidades integrantes da Administração indireta, é correto afirmar que
- (A) se submetem, todas, ao regime jurídico de direito público, com observância aos princípios constitucionais e às demais regras aplicáveis à Administração pública.
- (B) as empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica submetem-se ao regime tributário próprio das empresas privadas.
- (C) as autarquias regem-se pelo princípio da especialização e submetem-se ao regime jurídico de direito público, gozando de capacidade política.
- (D) apenas as empresas públicas podem explorar atividade econômica e sempre em caráter supletivo à iniciativa privada, submetidas ao regime próprio das empresas privadas, salvo em matéria tributária.
- (E) apenas as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime de direito privado, podendo orientar suas atividades para a obtenção de lucro.
32. A respeito de atributo dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:
- (A) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- (B) Presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei, presumindo-se, até prova em contrário, que o ato foi emitido com observância da lei.
- (C) O atributo da excoercedade permite à Administração o emprego de meios de coerção para fazer cumprir o ato administrativo.
- (D) A tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- (E) A presunção de veracidade é o atributo pelo qual o ato administrativo não pode ser objeto de anulação pelo Poder Judiciário, salvo aqueles considerados discricionários.
33. Entre os poderes atribuídos à Administração pública insere-se o denominado poder disciplinar, que corresponde ao poder de
- (A) impor restrições à atuação de particulares, em prol da segurança pública.
- (B) coordenar e controlar a atividade de órgãos inferiores, verificando a legalidade dos atos praticados.
- (C) editar normas para disciplinar a fiel execução da lei.
- (D) organizar a atividade administrativa, redistribuindo as unidades de despesas.
- (E) apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos.
34. Ricardo, servidor público federal, foi acometido de grave doença e afastou-se do serviço para tratamento de saúde. Recuperou-se apenas após três anos e solicitou seu retorno ao serviço. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, o servidor
- (A) poderá retornar ao serviço, contando-se os primeiros vinte e quatro meses de afastamento como tempo de serviço para todos os efeitos e o que exceder apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.
- (B) não poderá retornar ao serviço, eis que o prazo máximo de afastamento é de vinte e quatro meses, devendo requerer sua aposentadoria por invalidez.
- (C) deverá ser, necessariamente, colocado em disponibilidade, com redução de vinte por cento de sua remuneração.
- (D) poderá retornar ao serviço, devendo ser readaptado para função compatível com suas condições de saúde, contando-se a totalidade do período de afastamento como tempo de serviço para todos os efeitos.
- (E) não poderá retornar ao serviço, pois admite-se a licença para tratamento de saúde pelo prazo máximo de vinte e quatro meses.



35. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato poderá sujeitar o contratado, entre outras, à penalidade de
- (A) multa, que não poderá ser cumulada com outras sanções e limita-se ao valor da garantia contratual.
  - (B) inabilitação para contratar com a Administração, podendo ser requerida a reabilitação após cinco anos de sua aplicação.
  - (C) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
  - (D) suspensão para licitar ou contratar com a Administração, que pode ser substituída por multa limitada ao valor da garantia contratual.
  - (E) declaração de inidoneidade para participar de licitação ou contratar com a Administração, vedada a reabilitação.
36. Contém a relação correta entre a situação descrita e a modalidade licitatória aplicável, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93:
- (A) Leilão, para aquisição de obras de arte, com lance igual ou superior ao da avaliação.
  - (B) Concurso, para escolha de trabalho científico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor.
  - (C) Tomada de preços, para aquisição de bens móveis, independentemente do valor.
  - (D) Concorrência, para escolha de trabalho científico ou artístico, com a instituição de prêmio ao vencedor.
  - (E) Leilão, para alienação de bens inservíveis, desde que o valor não supere o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
37. A União necessita contratar a prestação de serviços de desenvolvimento de programas de informática para colocar em prática projeto de modernização da gestão de diversos órgãos integrantes da Administração direta federal. Para tanto, pretende contratar empresa federal, criada com finalidade específica que corresponde ao escopo da contratação pretendida. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a União
- (A) deverá contratar a referida empresa, diretamente, em face da caracterização de situação de inexigibilidade de licitação.
  - (B) poderá contratar a referida empresa, independentemente de licitação, por inexigibilidade, ou contratar empresa privada mediante procedimento licitatório.
  - (C) poderá contratar a referida empresa, com dispensa de licitação, desde que a mesma tenha sido criada antes da edição da Lei nº 8.666/93 com tal finalidade específica e que o preço seja compatível com o de mercado.
  - (D) poderá contratar a referida empresa, com dispensa de licitação, caracterizando-se a inexigibilidade, desde que a empresa desempenhe atividade singular e detenha notória especialização.
  - (E) não poderá contratar empresa privada, salvo se a empresa estatal declinar da contratação ou apresentar preços manifestamente acima dos praticados pelo mercado.
38. Em procedimento licitatório na modalidade pregão, declarado o vencedor,
- (A) qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para apresentação do recurso.
  - (B) os licitantes terão o prazo de três dias para apresentação de recurso, concedido o mesmo prazo ao licitante vencedor para apresentação de contra-razões.
  - (C) não caberá recurso, salvo por razões relativas ao desatendimento das condições de habilitação do licitante declarado vencedor.
  - (D) não caberá recurso em relação ao atendimento às condições de habilitação pelo licitante vencedor, mas apenas no que diz respeito aos atos de condução do procedimento, praticados pelo pregoeiro.
  - (E) apenas os licitantes habilitados poderão apresentar recurso, no prazo de oito dias, concedido o mesmo prazo ao licitante vencedor para apresentação de contra-razões.
39. Em processo administrativo, tendo por objeto reconhecimento de pretensão de administrado em face de órgão da Administração pública federal, foi proferida decisão negando o pleito. O interessado apresentou recurso, tempestivamente, porém o fez perante autoridade incompetente. De acordo com as disposições da Lei nº 9.784/99, o recurso
- (A) deverá ser recebido e conhecido, em face do princípio da economia processual.
  - (B) não poderá ser recebido, vedada a possibilidade de a Administração rever o ato de ofício, ainda que não operada a preclusão administrativa.
  - (C) deverá ser recebido, porém não conhecido, cabendo à autoridade à qual o mesmo foi endereçado encaminhá-lo à autoridade competente para seu julgamento.
  - (D) não será conhecido, salvo se a Administração considerar que as razões de fato e de direito são suficientes para justificar a modificação da decisão.
  - (E) não será conhecido, sendo indicado ao recorrente a autoridade competente e devolvido o prazo para apresentar o recurso.
40. Paulo, servidor público federal, deixou de praticar, deliberadamente, ato de ofício que era de sua competência. A referida conduta
- (A) poderá caracterizar ato de improbidade administrativa, desde que comprovado que o servidor auferiu vantagem indevida para a sua prática.
  - (B) configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os Princípios da Administração pública, passível da aplicação da pena de perda da função pública.
  - (C) não configura ato de improbidade administrativa, sendo passível, contudo, punição disciplinar.
  - (D) não configura ato de improbidade administrativa, salvo se comprovado, cumulativamente, enriquecimento ilícito e dano ao erário.
  - (E) configura ato de improbidade administrativa, passível de aplicação de pena de multa, exclusivamente.





### Noções de Direito do Trabalho

41. A respeito da relação de emprego e dos seus sujeitos, é INCORRETO afirmar:
- (A) A relação de emprego se desenvolve com pessoalidade, ou seja, o empregado tem que prestar o serviço pessoalmente, não podendo mandar qualquer pessoa trabalhar em seu lugar.
- (B) Empregado é sempre pessoa física.
- (C) Entidade beneficente, sem finalidade lucrativa, pode ser empregadora.
- (D) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- (E) Empregador é sempre pessoa jurídica.
- 
42. Constitui direito do trabalhador, de acordo com a Constituição Federal, art. 7, inciso XIII, a duração do trabalho normal NÃO superior a
- (A) oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.
- (B) oito horas diárias e quarenta semanais.
- (C) oito horas diárias e quarenta e oito semanais.
- (D) seis horas diárias e trinta semanais.
- (E) seis horas diárias e trinta e seis semanais.
- 
43. Em relação às limitações de idade para o trabalho, é correto afirmar que há proibição de
- (A) trabalho penoso aos menores de dezesseis anos.
- (B) trabalho na condição de aprendiz após os dezoito anos.
- (C) qualquer trabalho, inclusive na condição de aprendiz, aos menores de dezesseis anos.
- (D) trabalho noturno, insalubre e perigoso aos menores de dezoito anos.
- (E) trabalho noturno, insalubre e perigoso aos menores de vinte e um anos.
- 
44. A estabilidade provisória da gestante tem duração desde a
- (A) concepção até cinco meses após o parto.
- (B) confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- (C) confirmação da gravidez até cento e vinte dias após o parto.
- (D) confirmação da gravidez até cento e oitenta dias após o parto.
- (E) concepção até cento e vinte dias após o parto.
- 
45. Caracteriza-se como falta grave praticada pelo empregador, levando à rescisão indireta do contrato de trabalho:
- (A) ato de improbidade.
- (B) não cumprir as obrigações do contrato.
- (C) incontinência de conduta.
- (D) mau procedimento.
- (E) embriaguez habitual.
- 
46. Em relação ao aviso prévio, é correto afirmar:
- (A) O aviso prévio será proporcional ao tempo de serviço sendo de, no mínimo, quarenta dias, de acordo com a Constituição Federal.
- (B) A falta de aviso prévio por parte do empregador implica o pagamento de multa equivalente a vinte por cento do salário do empregado, em favor do mesmo.
- (C) O valor das horas extras, ainda que habituais, não integra o aviso prévio indenizado.
- (D) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva cinco dias após o término do respectivo período do aviso.
- (E) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer falta considerada como justa causa, perde o direito ao restante do respectivo aviso.
- 
47. A duração do intervalo para repouso e alimentação é de, no mínimo,
- (A) uma hora e no máximo duas horas, para jornadas de trabalho superiores a seis horas.
- (B) uma hora e no máximo duas horas, para jornadas de trabalho superiores a quatro horas e até seis horas.
- (C) quinze minutos e no máximo uma hora, para jornadas de trabalho superiores a quatro horas e até seis horas.
- (D) quinze minutos para jornadas de até quatro horas.
- (E) uma hora, para qualquer jornada de trabalho.
- 
48. Conforme normas legais vigentes, o adicional
- (A) noturno equivale a vinte por cento, no mínimo, sobre o valor do salário mínimo.
- (B) de horas extras equivale a vinte e cinco por cento sobre o valor da hora normal, de acordo com a Constituição Federal.
- (C) de horas extras incorpora-se ao salário após um ano de pagamento habitual, de acordo com a Constituição Federal.
- (D) noturno equivale a cinquenta por cento, pelo menos, sobre o valor da hora diurna.
- (E) noturno equivale a vinte por cento, pelo menos, sobre o valor da hora diurna.



49. Em relação à remuneração, é INCORRETO afirmar:
- (A) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
  - (B) Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias que não excedam a cinquenta por cento do salário do empregado.
  - (C) Não se incluem nos salários as ajudas de custo e as gratificações ajustadas.
  - (D) Integram o salário, além da importância fixa estipulada, as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador.
  - (E) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo o que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
50. Em relação ao abono de férias, é correto afirmar que
- (A) deverá ser requerido até trinta dias antes do término do período aquisitivo.
  - (B) não se aplica aos empregados que trabalham em condições perigosas ou insalubres.
  - (C) se caracteriza como a conversão de dois terços do período de férias a que o empregado tem direito, em abono pecuniário, no valor que lhe seria devido no período correspondente.
  - (D) o pagamento do abono de férias deve ser feito até cinco dias antes do início do período de férias.
  - (E) não se aplica aos empregados sob o regime de tempo parcial.
- Noções de Direito Processual do Trabalho**
51. Conforme previsão contida na Constituição Federal, são órgãos da Justiça do Trabalho no Brasil:
- (A) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça e Varas do Trabalho.
  - (B) Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.
  - (C) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Varas do Trabalho.
  - (D) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Varas do Trabalho.
  - (E) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juizados Especiais Trabalhistas.
52. Nos termos das previsões da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar
- (A) as demandas que envolvam as questões relativas aos benefícios da Previdência Social, sendo partes o trabalhador e o INSS.
  - (B) as contas prestadas anualmente pelo Ministro do Trabalho e Emprego, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (C) originalmente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
  - (D) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
  - (E) as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho.
53. Quanto à composição e funcionamento da Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) o Tribunal Superior do Trabalho é composto por dezessete ministros escolhidos entre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos.
  - (B) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, onze juízes escolhidos entre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos.
  - (C) as Varas do Trabalho funcionarão com a presença de um Juiz do Trabalho que será seu presidente e dois vogais ou classistas, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.
  - (D) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça do Estado.
  - (E) os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
54. A Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho NÃO inserem na competência das Varas do Trabalho a apreciação e julgamento dos dissídios e ações
- (A) em que se pretenda estabilidade no emprego.
  - (B) coletivas de natureza econômica e jurídica, originalmente.
  - (C) resultantes de contratos de empreitadas em que o empregado seja operário ou artífice.
  - (D) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores.
  - (E) para a execução de contribuições previdenciárias decorrentes de suas sentenças condenatórias.
55. Hércules, morador de Nova Iguaçu, foi contratado em Angra dos Reis para trabalhar na empresa Beta & Gama Produções, localizada no município do Rio de Janeiro. Após oito meses de trabalho foi dispensado sem justa causa. Na presente situação, a competência territorial para ajuizar reclamação trabalhista questionando o motivo da rescisão contratual e postular indenização por danos morais é do município
- (A) do Rio de Janeiro, porque é a Capital do Estado e há pedido de indenização por danos morais.
  - (B) de Nova Iguaçu, porque é o local do domicílio do reclamante.
  - (C) de Angra dos Reis, porque é o local onde o trabalhador foi contratado.
  - (D) do Rio de Janeiro, porque é o local da prestação dos serviços do empregado.
  - (E) de Nova Iguaçu ou Angra dos Reis, sendo opção do reclamante por atender a sua conveniência.



56. Quanto aos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho, nos termos das previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) compete à secretaria das Varas do Trabalho a contagem das custas devidas pelas partes nos respectivos processos.
  - (B) os distribuidores serão designados pelo Juiz Diretor do Fórum, dentre os funcionários mais antigos das Varas e que possuam mais de cinco anos de exercício.
  - (C) será designado um órgão distribuidor de feitos em todas as localidades onde houver Vara do Trabalho.
  - (D) não está inserido, dentre as atribuições do distribuidor, o fornecimento a qualquer pessoa que o solicite, verbalmente ou por certidão, de informações sobre os feitos distribuídos.
  - (E) compete aos chefes de secretaria das Varas do Trabalho a organização e manutenção de um fichário de jurisprudência do Tribunal, para consulta dos interessados.

57. Perseu, após ingressar na função de técnico judiciário por concurso público, foi designado para trabalhar na 1ª Vara do Trabalho do Município do Rio de Janeiro. Ocorre que, sem motivo justificado, não realizou atos processuais dentro do prazo fixado em lei. Tal situação
- (A) não terá implicações, por falta de previsão legal.
  - (B) implicará descontos em seus vencimentos, em tantos dias quantos os do excesso.
  - (C) implicará descontos em seus vencimentos de, no máximo, 1/30 avos de dia de salário.
  - (D) implicará advertência verbal, sem possibilidade de desconto salarial.
  - (E) implicará advertência escrita, sem possibilidade de desconto salarial.

58. A matéria relativa ao processo do trabalho encontra-se plenamente regulamentada pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho?
- (A) Sim, porque há um título específico na CLT denominado processo judiciário do trabalho que contempla todas as normas processuais necessárias.
  - (B) Sim, em razão da especificidade do processo do trabalho que não admite aplicação de outras normas processuais.
  - (C) Não, porque há previsão na CLT determinando que, nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do Título denominado processo judiciário do trabalho.
  - (D) Não, porque não há regulamentação específica na CLT sobre matéria processual, devendo assim ser aplicado o direito processual comum para solucionar todas as ações trabalhistas.
  - (E) Em termos, porque o direito processual comum deve ser aplicado como regra geral e na sua omissão é que se aplica o direito processual do trabalho.

59. Conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, os RECURSOS no processo do trabalho e os seus respectivos PRAZOS estão corretamente expressos em:

	Recurso	Prazo	Recurso	Prazo	Recurso	Prazo
A	Recurso Ordinário	08 dias	Recurso Extraordinário	10 dias	Agravo de Petição	10 dias
B	Recurso de Apelação	15 dias	Recurso de Revista	08 dias	Embargos Interlocutórios	10 dias
C	Recurso Ordinário	08 dias	Agravo de Petição	08 dias	Agravo de Instrumento	08 dias
D	Agravo de Petição	08 dias	Embargos ao TST	15 dias	Embargos de Declaração	08 dias
E	Recurso Especial	08 dias	Recurso Ordinário	08 dias	Agravo Retido	05 dias

60. Das decisões proferidas nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho cabem recursos que serão interpostos por simples petição, conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho. Como regra geral, os recursos trabalhistas terão
- (A) efeito meramente devolutivo.
  - (B) efeito meramente suspensivo.
  - (C) efeitos arbitral e fungível.
  - (D) efeitos suspensivo e devolutivo.
  - (E) efeitos retributivo e discricionário.



**Discursiva – Redação**

**Atenção:** Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

*Mobilidade urbana é, também, a capacidade de as pessoas se deslocarem de um lugar para outro para realizar suas atividades de forma confortável, segura e em tempo hábil. É mais do que meios de transporte e trânsito. Nas grandes cidades, o resgate dos espaços públicos para os cidadãos se associa à limitação do uso de veículos automotores.*

Considerando-se o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema abaixo.

**A mobilidade urbana: aspectos sociais, econômicos e ambientais**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	